

Ecossistema Educacional em Segurança Pública: Desafios e Perspectivas para o Paradigma *Onlife*

Public Safety Educational Ecosystem: Challenges and Perspectives for the Onlife Paradigm

Maria da Soledade Cardoso Landim Batista¹

Evania Santos Assunção Motta²

Railana Berenice Amoras Oliveira³

RESUMO

O estudo insere-se no contexto da educação em segurança pública e teve como objetivo investigar de que forma a atuação da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), enquanto ecossistema educacional, pode se consolidar em um modelo *onlife* capaz de ampliar a abrangência, a flexibilidade e a interatividade das ações formativas direcionadas aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), diante do desafio de integrar iniciativas educacionais e fortalecer a interoperabilidade institucional. Utilizou-se o método de pesquisa documental, fundamentado no exame do arcabouço normativo e estratégico da DEP, de suas iniciativas educacionais, da articulação institucional e do papel da Matriz Curricular Nacional (MCN) como instrumento de integração desse organismo. Os resultados indicam

¹ Doutora e Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEBA), com ênfase em Educação, Currículo e Processos Tecnológicos; MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Segurança Pública (PMBA/UNEBA), Estudos Linguísticos e Literários (UFBA) e Relações Públicas com ênfase em Ouvidoria (UNEBA); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Salvador (Unifacs). Major da Polícia Militar da Bahia. Atua na Coordenação Pedagógica da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com foco em projetos educacionais para o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

² Mestranda em Direitos Humanos com ênfase em Segurança Pública no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2011. Especialista em Coordenação Pedagógica pela UFBA em 2013 e MBA em Gestão de Projetos pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo (USP) em 2020. Atua na Coordenação Pedagógica da Secretaria Nacional da Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), onde lidera iniciativas que integram práticas pedagógicas com políticas de segurança pública.

³ Mestranda em Direitos Humanos com ênfase em Segurança Pública do Núcleo e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos Universidade Federal de Goiás. É Oficial de Polícia Civil do Estado do Amapá há 32 anos.

que a DEP apresenta maturidade institucional e fundamentos sólidos para evoluir de um conjunto de ações formativas para uma arquitetura educacional em rede. Conclui-se que a consolidação do modelo *onlife* depende menos da criação de novas iniciativas e mais da articulação estratégica dos processos já existentes, apoiada em mecanismos de governança e interoperabilidade, tendo como principal contribuição a proposição de um *framework* para orientar a consolidação do ecossistema educacional *onlife* e o aprimoramento das políticas de formação do Susp.

Palavras-chave: educação em segurança pública; ecossistema educacional; modelo *onlife*; formação continuada; inovação educacional.

ABSTRACT

The study is set in the context of public safety education and aimed to investigate how the work of the Directorate of Teaching and Research (DEP), as an educational ecosystem, can be consolidated into an *onlife* model capable of expanding the scope, flexibility, and interactivity of training actions directed at professionals of the Unified Public Safety System (SUSP), in light of the challenge of integrating educational initiatives and strengthening institutional interoperability. The study employed a documentary research method, based on the examination of the normative and strategic framework of the DEP, its educational initiatives, institutional coordination, and the role of the National Curriculum Matrix (MCN) as an instrument for integrating this body. The results indicate that the DEP demonstrates institutional maturity and solid foundations to evolve from a set of training actions into a networked educational architecture. It is concluded that the consolidation of the *onlife* model depends less on the creation of new initiatives and more on the strategic coordination of existing processes, supported by governance and interoperability mechanisms, with its main contribution being the proposition of a framework to guide the consolidation of the *onlife* educational ecosystem and the improvement of training policies of the Susp.

Keywords: public security education; educational ecosystem; *onlife* model; continuing education; educational innovation.

1 INTRODUÇÃO

As ações educacionais no contexto da segurança pública têm passado por transformações significativas nos últimos anos, especialmente diante dos desafios impostos pelo enfrentamento à violência e criminalidade no Brasil. Nesse contexto, é fundamental

buscar estratégias inovadoras que possam impulsionar a capacitação contínua dos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), promovendo práticas formativas mais integradas e dinâmicas. Nesse sentido, este estudo trata da atuação da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), da Secretaria Nacional da Segurança Pública (Senasp), estrutura vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), enquanto ecossistema educacional que organiza, integra e potencializa as ações formativas voltadas aos profissionais do Susp.

Esse ecossistema se manifesta pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações educacionais presenciais e a distância. Entre elas, estão previstos: os cursos de formação inicial e continuada; os programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, ofertados pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), em parceria com instituições de ensino superior (IES); além de webinários, seminários, *workshops*, oficinas e publicações científicas..

Destacam-se também as iniciativas de capacitação continuada, realizadas em cooperação com instituições públicas e do terceiro setor, em âmbito nacional e internacional, bem como ações vinculadas ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), como a Bolsa-Formação, tecendo uma rede de conhecimento que conecta diferentes forças policiais, instituições de ensino e pesquisa, gestores públicos e especialistas em âmbito nacional.

Somente em 2024, 239.115 profissionais da segurança pública foram capacitados, sendo 8.591 em cursos presenciais e 230.524 na modalidade a distância (EaD)⁴. Nesse mesmo ano, também foram realizados cinco cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais no âmbito da Renaesp, reforçando o compromisso institucional com a formação continuada e a qualificação técnica dos profissionais do Susp.

Mas, apesar dos avanços, ainda é possível ampliar o alcance, a flexibilidade e a interação das ações educacionais em segurança pública, evoluindo a atual configuração para um modelo de ecossistema educacional *onlife*, no qual as fronteiras entre o presencial e o digital

⁴ Dados extraídos dos relatórios consolidados de 2024 da Comissão Permanente de Políticas de Educação para os Profissionais de Segurança Pública da Senasp/MJSP.

se tornam mais fluídas, possibilitando que a aprendizagem ocorra cada vez mais de forma contínua, cooperativa e conectada em rede.

Nesse sentido, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que forma a atuação da DEP, enquanto ecossistema educacional, pode se consolidar em um modelo *onlife* capaz de ampliar a abrangência, flexibilidade e a interatividade das ações formativas em segurança pública?

Diante do problema de pesquisa, este estudo parte do pressuposto de que a atuação da DEP, enquanto ecossistema educacional no contexto da segurança pública, possui potencial de evolução para um modelo *onlife*, integrando de forma permanente e articulada as dimensões presencial, digital e situacional.

Sendo assim, a relevância deste estudo reside na contribuição para o fortalecimento das ações educacionais em segurança pública, ao identificar os desafios e perspectivas para a implantação de um paradigma educativo *onlife*, que fomente a efetivação de uma nova ecologia de aprendizagem contínua, dinâmica e flexível, promovendo a interação de forma síncrona e assíncrona entre diferentes atores, instituições e modalidades de formação, aproveitando as tecnologias digitais sem perder a riqueza das práticas presenciais.

Dessa forma, aponta-se como objetivo geral da pesquisa compreender como a atuação da DEP, enquanto ecossistema educacional, pode se consolidar em um modelo *onlife*, possibilitando a ampliação da abrangência, flexibilidade e interatividade das ações formativas em segurança pública. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- analisar as estratégias atuais de planejamento, execução e avaliação das ações formativas promovidas pela DEP;
- avaliar a articulação entre os diferentes atores e modalidades de aprendizagem no âmbito do ecossistema educacional em segurança pública;
- identificar o papel da MCN na integração e operacionalização de conteúdos, competências e metodologias em um modelo *onlife*; e
- propor diretrizes que favoreçam maior flexibilidade, conectividade e continuidade nos processos de aprendizagem voltados aos profissionais do Susp.

Para tanto, o estudo foi conduzido a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos da pesquisa documental (Lüdke; André, 2022), o que possibilitou a análise crítica e interpretativa de materiais institucionais relacionados às ações formativas em segurança pública. O *lócus* da investigação correspondeu à Diretoria de Ensino e Pesquisa, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, considerada referência na organização das políticas educacionais voltadas aos profissionais do Susp em âmbito nacional. Os dados foram acessados por meio da análise documental de normativas, relatórios institucionais, materiais pedagógicos e referenciais curriculares, especialmente a MCN. Como procedimentos de análise, utilizou-se a técnica dos núcleos de significação (Aguiar; Ozella, 2013), a partir da qual foi possível identificar categorias temáticas (Minayo, 2011), que evidenciam padrões, tensões e potencialidades para a consolidação de um modelo educacional *onlife* no contexto da segurança pública.

Para sustentar o percurso investigativo adotado, este trabalho estrutura-se da seguinte forma: a parte 2 apresenta o referencial teórico, discutindo os conceitos de ecossistemas educacionais, educação *onlife* e a Matriz Curricular Nacional. Na sequência, a parte 3 detalha os procedimentos metodológicos, contemplando o desenho da pesquisa, universo, instrumentos de coleta e critérios de análise. Em seguida, a parte 4 expõe e discute os resultados da pesquisa, identificando avanços, limites e possibilidades de evolução do ecossistema educacional. Por fim, as considerações finais sintetizamos principais achados, propondo diretrizes para a consolidação do modelo *onlife* e apontando contribuições para as políticas educacionais em segurança pública.

2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PARA UM MODELO *ONLINE* EM SEGURANÇA PÚBLICA

O referencial teórico deste estudo busca oferecer os fundamentos conceituais necessários para compreender como a atuação da DEP, enquanto ecossistema educacional, pode evoluir para um modelo *onlife* na formação profissional em segurança pública. Para tanto, a seção está organizada em três momentos: o primeiro discute o conceito de ecossistema educacional e suas implicações para a formação, destacando a necessidade de um arranjo sistêmico que conecte atores, modalidades e instituições; o segundo analisa a educação *onlife*, explorando seu potencial para superar as fronteiras entre o presencial

e o digital, promovendo uma ecologia de aprendizagem contínua, conectada e em rede; e o terceiro aborda a MCN como fundamento teórico-metodológico e dispositivo estratégico para a consolidação do modelo *onlife*, evidenciando suas potencialidades e limites na integração das ações formativas do Susp.

2.1 Ecossistemas Educacionais

No cenário contemporâneo de rápidas e profundas transformações, cujos efeitos gerais produzem reflexos nas dimensões social, política, econômica, cultural e tecnológica da convivência humana, torna-se indispensável repensar os processos educacionais sob novas perspectivas analíticas. Tal necessidade decorre também da aceleração das dinâmicas de produção, disseminação e aplicação do conhecimento, que rompam com modelos lineares e compartmentalizados de ensino e evidenciem a complexidade, a interdependência e a fluidez próprias da sociedade contemporânea (Morin, 2000; Castells, 1999).

Nesse contexto, torna-se urgente conceber arranjos mais flexíveis, integrados e dinâmicos de arquitetura educacional⁵, capazes de responder às demandas emergentes, promovendo a transversalidade de temáticas interdisciplinares, como a dos Direitos Humanos, conforme orienta a MCN, favorecendo a aprendizagem contínua em ecossistemas cada vez mais conectados (Lévy, 1999).

A ideia de ecossistema educacional remete a um organismo no qual diferentes elementos se relacionam de maneira interdependente, em equilíbrio dinâmico e constante transformação. No contexto educacional, isso significa que os processos formativos não se restringem a instituições formais, mas abrangem também uma diversidade de atores, espaços, estratégias e recursos (digitais e analógicos), que se articulam para promover o desenvolvimento integral do indivíduo (Moreira, 2018).

⁵ Entendendo o conceito de arquitetura educacional como um arranjo estrutural e sistêmico que organiza, articula e interliga componentes, processos e diretores do campo educacional de forma integrada e dinâmica. Essa arquitetura vai além de um modelo estático ou fragmentado, propondo-se a operar em sintonia com a complexidade e a interdependência própria dos ecossistemas educacionais contemporâneos, em que múltiplas dimensões e saberes circulam e se transformam continuamente.

Nesse sentido, mais do que a soma de suas partes, um ecossistema educacional configura-se como um arranjo que possibilita a aprendizagem contínua, integrada e flexível, favorecendo a inovação pedagógica e tecnológica. Ao adotar essa visão ecológica da aprendizagem na qual os seus componentes (atores, relações, saberes, espaços e recursos educacionais) interagem e se conectam, busca-se ampliar e fortalecer os ambientes de convivência, como extensão e expansão do próprio processo ensino-aprendizagem.

Assim, essa abordagem promove a transversalidade temática e o desenvolvimento de competências para promoção de uma cidadania crítica e participativa, conforme destacam Morin (2000), Perrenoud (2018) e Lévy (1999). Em consequência, essa concepção exige um entendimento do ecossistema educacional como modo de funcionamento das estruturas dos processos formativos para que suportem a complexidade e fluidez própria das práticas de ensino-aprendizagem em um mundo interconectado e em constante transformação.

Essa perspectiva amplia as relações para além da interação tradicional entre professor e discente, incorporando diferentes ambientes e zonas de aprendizagem, dentro e fora do espaço escolar, consolidando uma geografia educativa mais abrangente. Nesse contexto, os ecossistemas educacionais fornecem uma base interpretativa significativa para compreender o papel da DEP, como elemento articulador das políticas públicas de formação em segurança pública em âmbito nacional.

É, pois, necessário repensar o paradigma educacional, pensando para além das chamadas "literacias fundacionais", que representam, cada vez mais, apenas um ponto de partida para o desenvolvimento de competências mais complexas e adaptadas ao que é esperado dos cidadãos do novo milênio. E é necessário operar uma (r)EDUvolution, passando de uma Educação dos Conteúdos para uma Educação de Competências, uma (r)EDUvolution que nos permita sair da (des) aprendizagem típica dos feudos de conhecimento, criando alternativas aos modelos pedagógicos tradicionais, construindo dinâmicas que operem microevoluções e debilitem esse sistema conservador (Moreira, 2018, p. 10).

Ao promover a integração de ações, recursos e saberes, a DEP fortalece a capacidade de planejamento, implementação e avaliação das iniciativas formativas em todo o Susp, transcendendo o papel de

mero transmissor de conteúdo, para atuar como um nó estratégico de integração da rede de conhecimentos em segurança pública (Johnson, 2011), de modo a potencializar a formação profissional e consolidar uma cultura institucional de aprendizagem contínua e permanente.

Essa articulação se concretiza em iniciativas como cursos presenciais e a distância, programas de pós-graduação (Renaesp), webinários, seminários, oficinas, produções científicas (revistas), programas de capacitação continuada, acordos de cooperação técnica, nacionais e internacionais, além de parcerias com setores público, privado e terceiro setor (ONGs), incluindo programas como o Pronasci (Bolsa-Formação).

Portanto, compreender a formação em segurança pública como um ecossistema educacional permite reconhecer sua complexidade, heterogeneidade e capilaridade institucional. Contudo, essa concepção se transforma quando inserida na realidade digital contemporânea, marcada pela integração crescente entre experiências físicas e virtuais. Esse cenário abre espaço para refletir sobre a noção de educação *onlife*, que redefine os modos de aprender, ensinar e interagir, e constitui o próximo eixo conceitual desta análise.

2.2 Educação *Onlife*

A segunda dimensão conceitual refere-se à noção do *onlife*, proposta por Floridi (2015), em que o autor afirma: “[w]e decided to adopt the neologism ‘onlife’ [...] to refer to the new experience of a hyperconnected reality, where it no longer makes sense to ask whether one is online or offline” (Floridi, 2015, p. 1)⁶. Essa perspectiva evidencia a experiência contemporânea em que as fronteiras entre o físico e o digital tornam-se progressivamente indistintas, constituindo um ambiente híbrido no qual interações humanas, sociais e profissionais se desenvolvem de maneira contínua e interconectada. Viver em um contexto *onlife* significa habitar um espaço em que o virtual e o real não podem ser pensados de forma dicotômica, mas sim como dimensões complementares de uma mesma ecologia existencial e cognitiva.

⁶ Tradução livre: “Decidimos adotar o neologismo ‘onlife’ [...] para nos referirmos à nova experiência de uma realidade hiperconectada, na qual já não faz sentido perguntar se alguém está *online* ou *offline*”.

Ao transpor o conceito *onlife* para o contexto educacional, portanto, surge a necessidade de superar a tradicional dicotomia entre “presencial” e “a distância”, reconhecendo que a aprendizagem ocorre simultaneamente em múltiplos níveis que se sobrepõem e se integram.

Nesse sentido, o processo formativo se desdobra em três dimensões principais:

- **Presencial:** compreendida como o espaço do contato direto e da interação síncrona;
- **Digital:** abrange o ambiente da conectividade, da flexibilidade e dos recursos tecnológicos; e
- **Situacional:** o campo da aplicação prática e da vivência do conhecimento em contextos reais de trabalho.

Figura 1 – As dimensões do Aprendizado *Onlife*.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Assim, a verdadeira aprendizagem *onlife* emerge não da existência isolada dessas dimensões (presencial, digital e situacional), mas de sua contínua integração, consolidando um ecossistema de formação híbrido e permanente.

No ecossistema educacional da segurança pública, em âmbito federal, o paradigma *onlife* ganha especial relevância. Os processos formativos já não se limitam a espaços físicos ou períodos determinados, mas se expandem em um ecossistema hiperconectado, no qual conhecimentos, práticas e valores circulam de maneira integrada. Essa dinâmica possibilita que ações de formação transcendam unidades isoladas, integrando diferentes instituições do Susp e fortalecendo a capacidade institucional de promover aprendizado contínuo, conectado e alinhado às demandas de uma rede nacional de segurança pública.

Essa configuração resulta em uma ecologia de aprendizagem contínua, conectada e híbrida, que promove o desenvolvimento de competências críticas, autonomia e reflexão ética nos profissionais, preparando-os para atuar de maneira consciente em cenários complexos e de alta relevância social. Dessa forma, a educação *onlife* não apenas assegura a atualização constante, mas também favorece a construção de habilidades relacionais, cognitivas e operacionais, essenciais para a tomada de decisão e a atuação efetiva em situações críticas.

A atuação da DEP, entendida no marco de um ecossistema educacional aplicado à segurança pública, revela o potencial de evolução para um modelo *onlife*, no qual as dimensões presencial, digital e situacional se integram de forma permanente e articulada por meio da MCN, que orienta, padroniza e operacionaliza as ações formativas no Susp.

2.3 A Matriz Curricular Nacional (MCN) no Ecossistema Educacional em Segurança Pública: Desafios para o Paradigma *Onlife*

A MCN configura-se como um referencial teórico-metodológico que orienta o processo de formação inicial e continuada dos profissionais de segurança pública no Brasil, direcionando as ações educacionais da Senasp e das instituições formadoras vinculadas ao Susp. Desde sua primeira versão, apresentada em 2003, a MCN assumiu a função de instrumento de integração pedagógica, capaz de articular diferentes corporações (Polícias Militares e Civis, Corpos de Bombeiros Militares

e demais forças de segurança) em torno de um núcleo comum de competências, valores e práticas educativas (Brasil, 2021).

Em seus vinte e dois anos de existência, a MCN apresenta uma trajetória marcada por um processo histórico de construção coletiva, revisões metódicas e amplos debates técnicos e políticos, o que lhe confere um caráter dinâmico e responsivo às transformações sociais e institucionais no campo da segurança pública. Em 2005, a Matriz incorporou as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública e a Malha Curricular, consolidando uma proposta de formação integrada, pautada em conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Entre 2005 e 2008, os seminários regionais Matriz Curricular em Movimento, realizados em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, fomentaram reflexões sobre a transversalidade dos direitos humanos, as práticas pedagógicas e a intencionalidade no planejamento educacional, fortalecendo a MCN como instrumento de política pública educacional orientada pelos direitos humanos.

A versão de 2014, fruto de um amplo processo avaliativo conduzido entre 2010 e 2012, manteve a estrutura dos eixos articuladores e áreas temáticas originais, mas ampliou seu escopo para incluir competências profissionais derivadas dos perfis profissiográficos, uma nova malha curricular adaptada às especificidades das corporações e diretrizes pedagógicas atualizadas. Com isso, consolidou-se como um pilar normativo e epistemológico do ecossistema educacional da segurança pública brasileira, orientando currículos, programas e projetos de formação em consonância com os princípios da aprendizagem significativa, da educação em direitos humanos e da integração federativa (Brasil, 2021).

Contudo, é importante destacar que a Matriz se encontra atualmente em processo de reformulação, conduzido pela Senasp por meio da DEP, justamente para incorporar novas perspectivas pedagógicas e tecnológicas que dialoguem com os desafios da contemporaneidade. A versão vigente, elaborada em 2014, ainda não incorporava de forma explícita as demandas de uma educação *onlife*. Essa lacuna evidencia a necessidade de atualização dos referenciais teórico-metodológicos da MCN, de modo a contemplar a formação em ambientes híbridos, conectivos e colaborativos, compatíveis com o cenário atual da sociedade da informação.

Nesse sentido, compreender a MCN à luz do paradigma *onlife*, proposto por Luciano Floridi (2015), implica reconhecer que o processo educativo, especialmente no campo da segurança pública, desenvolve-se em um ecossistema híbrido e interconectado, no qual o ensino e a aprendizagem transcendem os limites do presencial. A cultura digital, a inteligência artificial e os ambientes virtuais de aprendizagem redefinem os modos de interação, de produção de conhecimento e de exercício profissional, exigindo da nova MCN uma arquitetura curricular flexível, tecnológica e ética, voltada à autonomia, à corresponsabilidade e à aprendizagem em rede.

Assim, a reformulação em curso da MCN configura-se como uma oportunidade de revisão epistemológica e pedagógica, capaz de ampliar o alcance da política educacional da Senasp diante das novas realidades que articulam teoria social e inovação tecnológica. Ainda que não seja possível afirmar se incorporará paradigmas emergentes como o *onlife* (Floridi, 2015), é evidente a necessidade de uma formação mais interativa, colaborativa e tecnologicamente mediada, sem romper com os fundamentos consolidados, mas reafirmando uma educação em segurança pública pautada na excelência técnica, na criticidade e na humanização.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão de como os conceitos de educação *onlife* e a MCN são articulados na formação dos profissionais de segurança pública, considerando a atuação da DEP, da estrutura da Senasp, como ecossistema que articula ações educacionais direcionadas às instituições que compõem o Susp. Essa abordagem possibilita interpretar de forma geral os processos formativos, sem se limitar aos aspectos puramente quantitativos, permitindo compreender como teoria, prática e políticas educacionais se integram.

O método adotado foi a pesquisa documental (Lüdke; André, 2022), centrada na análise sistemática de documentos oficiais e institucionais da DEP, incluindo legislação, decretos, normativos, planos estratégicos, diretrizes institucionais e documentos relacionados à MCN. Esse procedimento permitiu identificar objetivos, fundamentos, estratégias e práticas institucionais, bem como mapear a integração das dimensões

presencial, digital e situacional conforme o paradigma da educação *onlife*.

O sujeito e *lócus* da pesquisa é, justamente, a própria DEP, por ser responsável pela coordenação, planejamento e execução de políticas, programas e ações formativas no contexto federal, desempenhando papel estratégico na consolidação de uma política nacional de formação e valorização dos profissionais de segurança pública.

Os dados foram analisados de forma qualitativa e interpretativa, utilizando-se a técnica dos núcleos de significação (Aguiar; Ozella, 2013), com o objetivo de identificar padrões, convergências e lacunas na atuação da DEP e na implementação da MCN. Essa análise permitiu mapear como instrumentos estratégicos e diretrizes institucionais se articulam para promover aprendizagem contínua, conectada e híbrida, fortalecendo competências críticas, operacionais e éticas nos profissionais de segurança pública e evidenciando a articulação entre conceito, instrumento e prática na formação em âmbito federal.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise dos dados, fundamentada na premissa de que a atuação da DEP pode evoluir para um modelo *onlife*, foi conduzida a partir da análise documental de seus principais sistemas, programas e políticas. O objetivo foi mapear os pilares de maturidade do ecossistema educacional vigente, identificando os fundamentos sólidos que o tornam apto a evoluir. Os resultados a seguir apresentam o diagnóstico dessa arquitetura funcional e fundamentam a proposta de um *framework* de reestruturação que capitaliza sobre as forças existentes.

4.1 Diagnóstico do Ecossistema Educacional da DEP: Fundamentos para a Evolução *Onlife*

A primeira etapa do diagnóstico consistiu em uma análise documental interpretativa do arcabouço normativo e estratégico que sustenta o ecossistema educacional da DEP. Foram examinadas as principais leis, decretos, portarias e diretrizes que regem as ações formativas no âmbito do Susp, conforme sistematizado no Quadro 1, que constitui o *corpus* desta investigação:

Quadro 1 – Corpus da Análise Documental

Tipo Normativo	Identificação	Objeto Principal
Leis Federais	Lei nº 14.751/2023	Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.
	Lei nº 14.316/2022	Altera as leis do Susp e do FNSP para destinar recursos a ações de enfrentamento da violência contra a mulher.
	Lei nº 13.756/2018	Cria o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e estabelece a destinação de recursos das loterias.
	Lei nº 13.675/2018	Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).
Decretos	Decreto nº 11.348/2023	Aprova a Estrutura Regimental do MJSP e define as competências da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP).
	Decreto nº 10.822/2021	Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021–2030 (PNSPDS).
	Decreto nº 9.489/2018	Estabelece normas e procedimentos para a execução da PNSPDS.
Portarias e Documentos Orientadores	Portaria SENASP/MJSP nº 63/2023	Define o Plano Anual de Ensino e Pesquisa (PAEP).
	Portaria MJSP nº 465/2021	Institui a Matriz Curricular Nacional (MCN) como diretriz formativa do SUSP.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Com base na análise dos principais documentos (Quadro 1) que estruturaram a Política Nacional de Segurança Pública e, em decorrência, fundamentam as ações formativas das instituições que compõem o Susp, foi possível observar que a dinâmica institucional da DEP se organiza a partir de uma arquitetura educacional de natureza ecossistêmica (Lévy, 1999). Essa configuração é caracterizada pela coexistência e interdependência de múltiplas iniciativas, materializadas por meio de sistemas, programas, políticas e instrumentos operacionais e de planejamento, que articulam ensino, pesquisa, gestão e valorização profissional no âmbito do Susp. Trata-se, portanto, de um modelo integrado, sustentado pela atuação de diversos atores interconectados, com o objetivo de promover a formação, o desenvolvimento e a valorização dos profissionais de segurança pública.

No centro desse ecossistema encontra-se o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap), que constitui o núcleo estruturante das ações formativas da Senasp, sendo responsável por planejar, pactuar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades educacionais de natureza gerencial, técnica e operacional, em cooperação com as unidades da Federação, além de identificar mecanismos de valorização profissional, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.675/2018, que institui o Susp e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

O Sievap é constituído, entre outros programas, pela MCN, que define o referencial teórico-metodológico e avaliativo das ações formativas; pela Renaesp, voltada à oferta de cursos de graduação, extensão e pós-graduação e ao fomento da produção técnico-científica; pela Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (Rede EaD-Senasp), que democratiza o acesso à formação continuada; e pelo Programa Nacional de Qualidade de Vida para a Segurança Pública e Defesa Social (Pró-Vida), orientado à promoção da saúde biopsicossocial e à valorização dos profissionais de segurança pública.

Embora o Sievap tenha sido concebido como sistema central para a implementação da Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, sua efetividade depende de sua consolidação como uma rede interconectada de aprendizagem, que poderia contar com uma espécie de “Comitê Gestor”⁷, formado por uma esfera colegiada, capaz de favorecer a interoperabilidade entre instituições e modalidades educacionais no âmbito da segurança pública.

Nesse contexto, a DEP assume papel estratégico, podendo atuar como núcleo articulador dentro do Comitê Gestor, contribuindo para a coordenação e sustentação das principais linhas de ação do Sievap, garantindo a implementação consistente das políticas de formação e capacitação dos profissionais do Susp.

A DEP integra diversas iniciativas que estruturam seu ecossistema educacional em segurança pública, assumindo papel central na articulação de políticas e ações formativas no âmbito do Susp. Entre suas principais ações destacam-se:

⁷ A instituição de comitês gestores é prática comum no âmbito das políticas públicas, pois permite uma atuação integrada e multi-institucional em temas de maior complexidade.

- **PAEP** (Plano Anual de Ensino e Pesquisa): organiza e prioriza demandas formativas, incluindo cursos presenciais e pesquisas aplicadas;
- **Cursos presenciais**: complementam a capacitação e fortalecem o desenvolvimento prático dos conteúdos;
- **Rede EaD Senasp**: plataforma que amplia o acesso à formação continuada a distância em todo o país;
- **Renaesp**: programa que fomenta pós-graduação, capacitação avançada e produção técnico-científica em parceria com universidades;
- **MCN**: instrumento orientador que padroniza conteúdos e competências essenciais para os cursos presenciais e virtuais, garantindo o alinhamento com as diretrizes nacionais;
- **Política Pública Susp Ensina**: institucionaliza a formação integrada dos profissionais do Susp;
- **Política Pública Pronasci** (Bolsa Formação): oferece apoio técnico e financeiro com foco em prevenção da violência e inclusão social;
- **Acordos de Cooperação Técnica**: promovem articulação interinstitucional, inovação e boas práticas;
- **Publicações Científicas**: consolidam e divulgam o conhecimento produzido em atividades educativas e de pesquisa;
- **Eventos Educacionais**: como seminários, workshops e aulas inaugurais, ampliando a troca de saberes e experiências.

Esse conjunto de iniciativas configuram um ecossistema educacional em transição, no qual a DEP avança da lógica de sistemas isolados para uma arquitetura em rede, caracterizada pela integração permanente entre modalidades presencial, digital e situacional. Essa transformação sustenta a evolução da DEP para um modelo *onlife* de aprendizagem, em que a organização atua como núcleo estratégico, conectando conhecimento, práticas e políticas de ensino no âmbito da segurança pública.

4.2 Avaliação Integrada e Diretrizes para a Evolução *Onlife*

Com base no diagnóstico do ecossistema educacional apresentado na seção anterior, esta subseção analisa o grau de maturidade institucional da DEP e delineia diretrizes para sua transição ao modelo *onlife*. A análise documental revela que a DEP opera um ecossistema educacional consolidado e multifacetado, sustentado por sistemas de gestão integrados, programas de formação de alcance nacional e parcerias interinstitucionais que asseguram coerência e qualidade nas dimensões presencial e digital. Tais elementos evidenciam um nível de maturidade de desenvolvimento institucional que ultrapassa a mera execução de políticas educacionais, configurando uma estrutura capaz de integrar inovação tecnológica, gestão do conhecimento e práticas pedagógicas orientadas à formação continuada. Dessa forma, o grau de maturidade identificado indica que a DEP reúne condições favoráveis para evoluir ao paradigma *onlife*, concebido como um modelo de aprendizagem hiperconectada e contínua, no qual a dimensão situacional é incorporada de modo estratégico, articulando de forma sinérgica os espaços presencial, digital e contextual de formação.

A articulação entre essas dimensões já se evidencia nas práticas formativas desenvolvidas pela DEP, expressando um movimento consistente de integração entre diferentes modalidades e contextos de aprendizagem. No âmbito presencial, os cursos combinam fundamentos teóricos e atividades práticas, aproximando o processo formativo das realidades profissionais dos integrantes do Susp. Na esfera digital, a Rede EaD Senasp disponibiliza cursos autoinstrucionais que ampliam o acesso à capacitação continuada, promovendo autonomia, flexibilidade e democratização do conhecimento. Além disso, a DEP coordena a oferta de pós-graduações *lato* e *stricto sensu*, viabilizadas por meio de Termos Descentralizados de Execução (TDEs), firmados com IES, o que reforça o caráter colaborativo e interinstitucional do ecossistema. Essas ações, em conjunto, configuram um modelo formativo em transição para o paradigma *onlife*, no qual aprender, ensinar e agir constituem dimensões interdependentes de um mesmo processo formativo sustentado pela integração entre teoria, prática e inovação pedagógica.

A maturidade do ecossistema educacional da DEP apoia-se em três pilares estruturantes, que expressam a consistência jurídica, institucional e pedagógica das suas ações:

- a) **Base normativa consolidada.** O arcabouço jurídico e orçamentário, amparado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), assegura estabilidade institucional e previsibilidade financeira às ações educacionais, garantindo alinhamento com as diretrizes da Senasp e com o PNSPDS. Esse pilar demonstra elevada maturidade, sustentando o planejamento estratégico e a continuidade das políticas formativas sob responsabilidade da Diretoria.
- b) **Integração sistêmica e interinstitucional.** Esse pilar estrutura-se no Sievap, instituído pela Lei nº 13.675/2018, concebido para planejar, coordenar e supervisionar as ações de formação, capacitação e valorização dos profissionais de segurança pública e defesa social. Sob gestão da DEP/ SENASP, o Sievap articula programas como a MCN, a Renaesp e a Rede Ead-SENASP, configurando uma rede funcional de aprendizagem distribuída e cooperativa. Embora apresente um desenho institucional robusto, esse pilar ainda enfrenta desafios relacionados à interoperabilidade entre plataformas, à integração de bases de dados educacionais e à consolidação de mecanismos de governança compartilhada entre os entes federativos e as instituições parceiras.
- c) **Perspectiva pedagógica.** Estruturada na MCN, esse pilar garante coerência entre modalidades formativas e promove o alinhamento às competências técnicas, éticas e cidadãs exigidas no contexto contemporâneo da segurança pública. Contudo, a efetividade plena dessa padronização requer o fortalecimento dos processos de retroalimentação entre ensino, pesquisa e prática profissional, de modo que as experiências formativas gerem evidências e inovações pedagógicas capazes de aprimorar continuamente as políticas educacionais da Senasp.

Em que pese o elevado grau de consolidação normativa e pedagógica, persistem lacunas estruturais que demandam aprimoramento: (i) interoperabilidade limitada entre plataformas digitais; (ii) fragmentação na gestão das trilhas formativas; e (iii) ausência de mecanismos sistemáticos de avaliação e retroalimentação entre os eixos de ensino, pesquisa e prática. A superação dessas limitações é condição *sine qua non* para a consolidação de um

ecossistema plenamente *onlife*, capaz de articular, de maneira integrada, as dimensões presencial, digital e situacional da formação em segurança pública.

4.3 Proposta de Intervenção: Um Framework para o Ecossistema Educacional *Onlife*

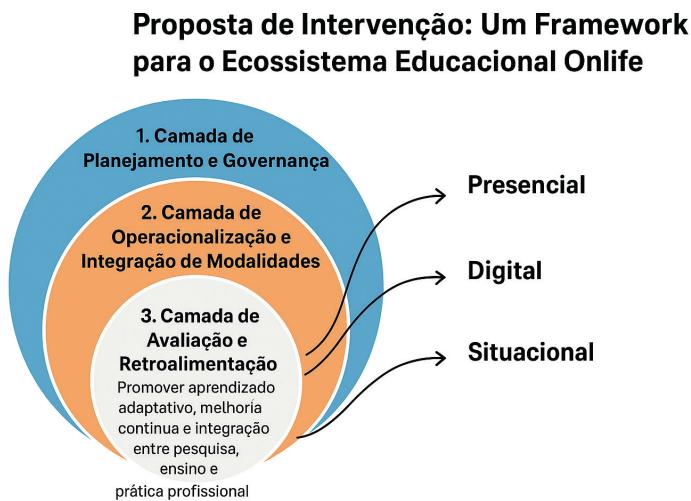
O diagnóstico do ecossistema educacional apresentado neste estudo ilustrou a dinâmica de funcionamento da DEP, enquanto núcleo de um conjunto estratégico de iniciativas na área educacional, em estágio de transformação, com o potencial de evoluir para um modelo *onlife*, no qual há uma integração permanente das ações realizadas nas modalidades presencial e digital, bem como a incorporação da esfera situacional.

Essa perspectiva de maturação se alicerça, especialmente, nos pilares legal, institucional e pedagógico, de forma a instituir um modelo formativo em rede, capaz de superar a lógica fragmentada dos sistemas tradicionais de ensino, articulando, de maneira contínua, as dimensões cognitiva, operacional e atitudinal da aprendizagem.

Com base nesse cenário, é possível apresentar uma proposta de *framework* para operacionalização de um ecossistema educacional sob a perspectiva *onlife*, voltado à consolidação de um ciclo formativo contínuo em segurança pública, no qual as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação se integram de forma orgânica, promovendo a interação entre diferentes contextos e modalidades de aprendizagem, de modo que as experiências presencial, digital e situacional se retroalimentem continuamente.

Com isso, a estratégia de *framework* apresentada tem como principal finalidade atuar como um modelo de governança pedagógica em rede, apoiando a gestão integrada das ações formativas, favorecendo a interoperabilidade e coesão formativa orientada pelos referenciais teórico-metodológicos da MCN, reconhecendo a autonomia e as especificidades pedagógicas das instituições que compõem o Susp. Dessa forma, a proposta indica também a possibilidade de coexistência dinâmica das três dimensões do modelo de aprendizagem *onlife* (presencial, digital e situacional), alicerçadas por camadas interdependentes de planejamento, execução e avaliação dos processos formativos.

Figura 2 – Framework para o Ecossistema Educacional *Onlife*.



Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Assim, a primeira camada estratégica do *framework*, competência da DEP, se refere ao planejamento e à governança, na qual são definidas as políticas, diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento das ações formativas, com vistas ao alinhamento institucional e pedagógico. Já a camada gerencial de operacionalização e integração de modalidades transforma essas bases normativas e operacionais em práticas educacionais concretas, por meio da articulação de estratégias metodológicas inovadoras que conectem os diferentes contextos e modalidades de aprendizagem. Por fim, a camada operacional de avaliação e retroalimentação busca promover a melhoria contínua do processo, convertendo os conhecimentos, saberes e experiências vivenciadas em insumos de inovação e replanejamento para o aprimoramento permanente do ecossistema educacional na perspectiva *onlife*, e fortalecendo as ações formativas em segurança pública.

Dessa forma, cada camada do *framework* atua de forma transversal às dimensões presencial, digital e situacional, assegurando que o processo educativo funcione como um esquema vivo, integrado e em constante evolução, sustentado pelas esferas legal, institucional e pedagógica, que garantem a coerência normativa, o alinhamento estratégico e a consistência formativa das ações desenvolvidas.

Nesse processo, a MCN transcende seu papel de referencial, atuando como instrumento de operacionalização do modelo *onlife*, ao promover um processo de aprendizagem contínuo, conectado e em rede, capaz de articular conteúdos, competências e metodologias entre diferentes atores, contextos e modalidades de formação, consolidando uma abordagem integrada e dinâmica para a educação em segurança pública.

Com base nos fundamentos apresentados ao longo desta pesquisa e visualizando os possíveis resultados decorrentes de sua aplicação integrada às dimensões presencial, digital e situacional, o *framework* propõe as seguintes ações estruturantes para sua implementação:

- a) Criação de um comitê estratégico do Sievap para implementar a governança pedagógica em rede do Susp, alinhada à MCN e às especificidades institucionais;
- b) Mapeamento dos cursos, programas e iniciativas existentes, com identificação de lacunas e sobreposições;
- c) Estruturação de trilhas de aprendizagem moduláveis, articulando cursos presenciais, digitais e situacionais por competências;
- d) Integração de modalidades de ensino, combinando atividades presenciais, digitais e situacionais de forma contínua e híbrida;
- e) Criação de mecanismos de registro e acompanhamento do progresso do discente em todas as dimensões;
- f) Formação continuada de gestores, coordenadores e docentes, voltada à consolidação de competências digitais, pedagógicas e avaliativas necessárias à atuação no modelo *onlife*;
- g) Implementação de processos de avaliação contínua e de *feedback* sistemático, orientados ao desenvolvimento de competências e à melhoria das práticas pedagógicas;
- h) Sistematização e compartilhamento de boas práticas, fortalecendo a cultura de aprendizagem em rede.

Essas ações visam consolidar um ecossistema formativo *onlife*, integrado e adaptativo, capaz de articular teoria, prática e pesquisa sob as diretrizes da MCN, promovendo a inovação e a excelência na formação em segurança pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou de que forma a atuação da DEP, enquanto ecossistema educacional, pode se consolidar em um modelo *onlife* capaz de ampliar a abrangência, a flexibilidade e a interatividade das ações formativas em segurança pública. A análise documental do arcabouço normativo e estratégico, dos programas e serviços educacionais da DEP, da articulação institucional e das modalidades de oferta, bem como do papel da MCN como instrumento de integração, evidenciou que essa consolidação pode ocorrer por meio da articulação estratégica e integrada das iniciativas já existentes, sustentada por mecanismos de governança, interoperabilidade, trilhas de aprendizagem e monitoramento contínuo. Dessa forma, responde-se à pergunta de pesquisa ao demonstrar que o modelo *onlife* se concretiza não pela criação de novos programas, mas pela integração inteligente das dimensões presencial, digital e situacional dentro de uma lógica de rede colaborativa.

A principal contribuição do estudo consiste na proposição do *Framework* para a consolidação do ecossistema educacional *onlife*, que materializa as diretrizes identificadas e oferece um caminho factível para o fortalecimento da governança, da gestão curricular e da formação em rede. O estudo atingiu plenamente seus objetivos ao analisar de forma sistêmica o ecossistema da DEP, identificar sua maturidade institucional e propor um modelo aplicável de evolução. A análise documental cumpriu seu propósito ao fornecer uma base conceitual e diagnóstica sólida, capaz de orientar futuras investigações empíricas. Recomenda-se, portanto, a realização de estudos de caso e projetos-piloto que testem a aplicabilidade e os impactos do *framework* proposto. Conclui-se que a inovação na educação em segurança pública reside menos na criação de novas estruturas e mais na capacidade de conectar, integrar e potencializar a excelência já existente, promovendo formações contínuas, colaborativas e orientadas por evidências.

6 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wanda Maria J.; OZELLA, Sergio. **Apreensão dos sentidos:** aprimorando a proposta dos núcleos de significação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018. Estabelece normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jan. 2023. Edição especial.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Cria o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022. Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 13.675, de 11 de junho de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Gabinete do Ministro. Portaria nº 465, de 23 de agosto de 2021. Institui a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública e Defesa Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Portaria nº 63, de 22 de março de 2023. Define o Plano Anual de Ensino e Pesquisa (PAEP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública para o ano de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 mar. 2023.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

- FLORIDI, L. The onlife manifesto. In: FLORIDI, L. (org.). **The onlife manifesto: being human in a hyperconnected era.** Cham: Springer, 2015. p. 9-12. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-319-04093-6.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.
- JOHNSON, J. David. **Gestão de redes de conhecimento.** 1. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2011. 440 p. ISBN 978-8539601134.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. São Paulo: E.P.U., 2022. eBook Kindle. 125 p. ISBN 978-8521623052.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade.** 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOREIRA, J. António. Reconfigurando ecossistemas digitais de aprendizagem com tecnologias audiovisuais. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 1, p. 5-15, 2018. ISSN 2359-6082.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Tradução de Cláudio Reis Gonçalo e Ana Thorell. 1. ed. São Paulo: Artmed, 2018.
- TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento.** Trad. Cláudio Reis Gonçalo Ana Thorell. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], 2008. 320 p.